

Assunto: CONTRATO SOCIAL

De: Bráulio Santos Raupp <braulio.raupp@gmail.com> [+] [x]

Data: 30/03/2017 14:57:48

Destinatário: cpl@planalto.gov.br [...]

Anexos: *TERCCEIRA ALTERAÇÃO PG 01.jpg* (789.9 KB) *TERCEIRA ALTERAÇÃO PG 02.jpg* (609 KB) *TERCEIRA ALTERAÇÃO PG 03.jpg* (616.5 KB) *TERCEIRA ALTERAÇÃO PG 04.jpg* (540.4 KB)

[Todos os anexos]

Boa tarde !

segue contrato social

e demais documentos mando por onde ?

aguardo retorno

--

Att

Bráulio Raupp

**RAUPP E FERNANDES LTDA
JG CONSTRUÇÕES**

FONES : (51) 95303524 (VIVO)

DE BEM - CONTABILIDADE

Assessoria contábil e empresarial

TERCEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

"RAUPP & FERNANDES LTDA - ME"

CNPJ Nº 10.554.263/0001-04

NIRE: 43206290891

BRAULIO DOS SANTOS RAUPP, brasileiro, solteiro, maior, empresário, nascido em 16 de março de 1969, portador da Cédula de Identidade nº 5034574169, expedida pela SSP/RS, inscrito no CPF sob nº 459.742.500-44, residente e domiciliado na Rua da Figueira, nº 180, bairro São Braz, na Cidade de Dom Pedro de Alcântara - RS, CEP 95568-000.

GIANI DOS SANTOS FERNANDES, brasileira, solteira, maior, empresária, nascida em 21/05/1971, portadora da cédula de identidade nº 1049098732 SSP/RS, expedida em e CPF nº 600.474.530-87, residente e domiciliada na Rua da Figueira, nº 180, bairro São Braz, na Cidade de Dom Pedro de Alcântara - RS, CEP 95568-000.

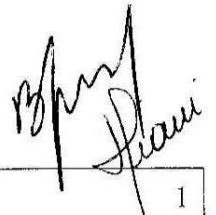
Todos sócios competentes da sociedade limitada denominada **"RAUPP & FERNANDES LTDA - ME"** com sede na Rua da Figueira, nº 180, bairro São Braz, na Cidade de Dom Pedro de Alcântara - RS, CEP 95568-000, inscrito no CNPJ Nº **10.554.263/0001-04**, e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob nº **43206290891** em 08/12/2008, e posteriores alterações de nº 3311066 em 08/08/2010 e de nº 3519000 em 13/09/2011.

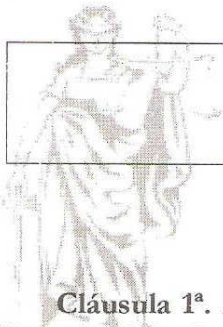
Pelo presente instrumento resolve de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar seu contrato Social conforme cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Os objetos serão alterados para:

- Construção e reforma de apartamentos, casas, conjuntos habitacionais, prédios, edifícios, industriais, comerciais e residenciais (cnae 4120-4/00);
- Comércio varejista de ferragens e ferramentas (cnae 4744-0/01);
- Comércio varejista de móveis (cnae 4754-7/01);
- Comércio varejista de materiais para construção civil (cnae 4744-0/99);
- Comércio varejista de artigos de iluminação (cnae 4754-7/03);
- Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (cnae 4399-1/99);
- Limpeza em prédios e em domicílios (cnae 8121-4/00);
- Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas (cnae 4213-8/00);
- Atividades paisagísticas (cnae 8130-3/00);
- Transporte escolar municipal (cnae 4924-8/00);
- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (cnae 4520-0/01);
- Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (cnae 4530-7/03).

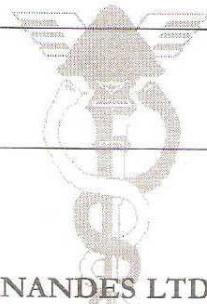
CLÁUSULA SEGUNDA – à vista das modificações, ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:





DE BEM – CONTABILIDADE

Assessoria contábil e empresarial



CONSOLIDAÇÃO

Cláusula 1ª. A sociedade gira sob o nome empresarial “**RAUPP & FERNANDES LTDA - ME**” e terá sede na Rua da Figueira, nº 180, bairro São Braz, na Cidade de Dom Pedro de Alcântara - RS, CEP 95568-000.

Cláusula 2ª. O capital social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) dividido em 100 (cem) quotas de valor nominal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), já integralizadas em moeda corrente do País, pelos sócios:

a) o sócio BRAULIO DOS SANTOS RAUPP subscreve 50 (cinquenta) quotas no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

b) a sócia GIANI DOS SANTOS FERNANDES subscreve 50 (cinquenta) quotas no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 1º. Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstas para a integralização de suas quotas, e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 2º O sócio participa dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

§ 3º Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

Cláusula 3ª. Os objetos são:

- Construção e reforma de apartamentos, casas, conjuntos habitacionais, prédios, edifícios, industriais, comerciais e residenciais (cnae 4120-4/00);
- Comércio varejista de ferragens e ferramentas (cnae 4744-0/01);
- Comércio varejista de móveis (cnae 4754-7/01);
- Comércio varejista de materiais para construção civil (cnae 4744-0/99);
- Comércio varejista de artigos de iluminação (cnae 4754-7/03);
- Serviços especializados para construção não especificados anteriormente (cnae 4399-1/99);
- Limpeza em prédios e em domicílios (cnae 8121-4/00);
- Obras de urbanização – ruas, praças e calçadas (cnae 4213-8/00);
- Atividades paisagísticas (cnae 8130-3/00);
- Transporte escolar municipal (cnae 4924-8/00);
- Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores (cnae 4520-0/01);
- Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores (cnae 4530-7/03).

Cláusula 4ª. A sociedade iniciou suas atividades em 02 de janeiro de 2009 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5ª. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Handwritten signature: Giani
2

DE BEM – CONTABILIDADE

Assessoria contábil e empresarial

Cláusula 6ª. A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 7ª. A administração da sociedade cabe somente ao sócio **BRAULIO DOS SANTOS RAUPP**, com os poderes e atribuições de representar a sociedade em todos os seus negócios, ativa e passivamente, estando autorizado a fazer uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§ 1º O administrador receberá um "pro-labore" mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 2º - O administrador responde solidariamente perante a sociedade e terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Cláusula 8ª. Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 9ª. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Parágrafo único. Até 30 dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos neste artigo devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

Cláusula 10ª. A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 11ª. Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 12ª. Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

§ 1º O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

§ 2º Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.

§ 3º Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.

DE BEM – CONTABILIDADE

Assessoria contábil e empresarial

Cláusula 13ª. Cabe ao sócio que deseja ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar ao remanescente, por escrito, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo a este o direito de preferência na aquisição das mesmas.

Parágrafo único: Se o sócio remanescente não usar do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.

Cláusula 14ª. O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 15ª. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

Parágrafo único: A retirada ou exclusão de sócio, não o exime também da responsabilidade pelas obrigações sociais posteriores e em igual prazo ao previsto nesta Cláusula, enquanto não se requerer a averbação da resolução.

Cláusula 16ª. Os casos omissos serão tratados de acordo com o Livro II da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 e pela legislação complementar que se aplicar ao caso.

Cláusula 17ª. Fica eleito o foro de Torres - RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento em 3 (três) vias.

Dom Pedro de Alcântara - RS, 25 de janeiro de 2013.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/02/2013 SOB Nº: 3754520

Protocolo: 13/021662-3, DE 01/02/2013

Empresa: 43 2 0629089 1

RAUPP & FERNANDES LTDA

JOSÉ TADEU JACOBY
SECRETÁRIO-GERAL

BRAULIO DOS SANTOS RAUPP

Giani dos Santos Fernandes
GIANI DOS SANTOS FERNANDES